

## SINDICATO É COISA SÉRIA TEXTO BASE

1. A economia capitalista passa, no presente momento, pela mais grave crise desde 1929. É uma crise estrutural do sistema que explora os/as trabalhadores/as, que concentra renda e que condena milhões à fome e à miséria. Este sistema, desde as últimas décadas do século XX, tem se guiado por políticas de liberalização financeira e comercial. O resultado desta liberdade sem controles resultou em um processo de financeirização sem limites, cuja expressão é a existência de um fosso entre a riqueza produzida na forma de papéis (títulos públicos, ações e derivativos) e a riqueza real alcançada pela produção e pelo trabalho.

2. Os responsáveis por essa crise internacional são aqueles que implementaram em vários países do mundo, inclusive no Brasil, com FHC/ PSDB/DEM, as políticas neoliberais do Consenso de Washington. Esse modelo de Estado mínimo com pouca ou nenhuma regulamentação, privatizações, absolutos privilégios ao capital especulativo e financeiro, ataques aos direitos trabalhistas e desregulamentação das relações de trabalho, da lógica de que o mercado resolveria tudo, desmoronou. Está em disputa um novo modelo de desenvolvimento para o mundo e para o Brasil.

3. Embora o impacto sobre cada país seja diferente, a crise atinge todo o planeta. Tudo indica ser uma crise profunda e de longa duração, que possui diversas dimensões: financeira, econômica, social, alimentar, energética, ambiental, política, ideológica. Na perspectiva da evolução da espécie humana com a biosfera, na falta de uma mudança drástica do nosso paradigma energético baseado no uso desenfreado de energias fósseis, corremos o risco de precipitar ainda neste século mudanças climáticas irreversíveis com consequências dramáticas para as nossas condições de vida.

4. Por isso, entendemos que essa crise expressa, também, uma crise do modelo global de produção e consumo de alimentos que coloca em questão a segurança alimentar e nutricional dos povos, e compromete as iniciativas de inclusão social de parcelas significativas das populações carentes. Assim, será necessário que a matriz energética mundial contemple fontes renováveis e não poluentes de energia, que não venham a agravar a fome no mundo e o aquecimento global do planeta, solucionando aspectos equivocados dos modelos de desenvolvimento, altamente poluidores, hoje adotados por uma parcela razoável de países desenvolvidos ou em desenvolvimento e até mesmo mudanças de paradigmas.

## O SINERGIA E A CONJUNTURA ATUAL

5. A crise econômica, provocada pelo cassino financeiro dirigido pelos capitais voadores, com o pleno consentimento dos organismos financeiros multilaterais e os governos das maiores economias do mundo atual, globalizou-se, nos atingiu e ameaça destruir os avanços que obtivemos nos últimos cinco anos, principalmente no que toca à produção e ao emprego.

6. Na América Latina, a existência de um bloco de governos de esquerda e progressista pode contribuir para que as saídas para a crise sejam determinadas pela correlação de forças interna e não pela intervenção estrangeira; e saudamos mais um processo eleitoral vitorioso que foi a eleição presidencial de Mauricio Funes, da FMLN, em El Salvador.

7. Graças às escolhas políticas nacionais – que têm se voltado para a recuperação dos mercados internos – e definição do processo de integração sub-regional e regional, como base para uma política externa mais independente, os países do MERCOSUL podem apresentar hoje uma posição de mais estabilidade e, até o momento, enfrentam a crise de forma menos dramática do que a Europa, Estados Unidos, Japão e China. Situação semelhante se verifica em outros países da América Latina que mantiveram uma política forte de intervenção estatal na economia, priorizando a manutenção do desenvolvimento e políticas de inclusão social. O reforço e ampliação destas políticas, juntamente com ampliação do mercado interno e regional, avançando na construção de um bloco econômico, social e político, são frentes nas quais os sindicatos podem e devem desempenhar um importante papel.

8. Nesse sentido, a crise constitui uma extraordinária oportunidade, tanto para impor limites ao capitalismo quanto para iniciar um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo. O SINERGIA, então, posiciona-se no sentido de enfrentar a crise ampliando a luta de classe e organizando a transição para um novo modelo de desenvolvimento.

9. O impacto dessa crise internacional no Brasil atinge de forma diferente os setores econômicos e, mesmo nesses setores, diferenciadamente as empresas. Estamos em um contexto mais favorável para enfrentá-la. Temos um governo que afirma que não vai aceitar uma agenda conservadora de enfrentamento da crise. De outro lado, a direita brasileira está encontrando dificuldades para questionar as conquistas recentes da classe trabalhadora, a exemplo da política de valorização do salário mínimo.

## **CONJUNTURA NACIONAL: A CRISE E A DISPUTA DE PROJETOS NO BRASIL**

10. Políticas econômicas que ampliaram o investimento das empresas estatais, o crédito, o orçamento das políticas públicas e a política de salário mínimo, bem como os investimentos em infra-estrutura, através do PAC, demonstram que o Estado brasileiro possui melhores condições de enfrentar a crise atual. São medidas importantes para retomar o crescimento econômico e a geração de empregos. Porém, não são suficientes. A luta pelas contrapartidas sociais continua.

11. Contudo, dois efeitos macroeconômicos que resultaram da elevação dos juros merecem especial atenção: a desorganização das contas externas e o aumento da dívida pública. No primeiro caso, porque o aumento da taxa de juros interna atrai um volume ainda maior de capitais especulativos para o país, agravando a sobrevalorização da moeda nacional, tendo como consequência a redução da balança comercial e o aumento do déficit em transações correntes. O segundo efeito - o crescimento da dívida pública - é tão desastroso quanto o primeiro: um ponto percentual de crescimento nas taxas de juros é suficiente para que o Estado Brasileiro desembolse, com os juros da dívida, próximo ao que se gasta com o orçamento do Programa Bolsa-Família no período de um ano. A somatória destes efeitos produz a redução do nível de emprego, que nos últimos anos vem apresentando recuperação.

12. O SINERGIA, desde o início dessa crise, vem se colocando de forma muito contundente contra as medidas que só aprofundam a situação. Nossa atuação alia mobilização e negociação. De um lado, pressionamos o governo federal e os governos estaduais por ampliação de crédito, redução de juros e dos spreads bancários e desonerações tributárias momentâneas e específicas para os setores mais atingidos pela crise, condicionadas a contrapartidas de emprego e manutenção da renda dos trabalhadores.

13. O SINERGIA assumiu a postura de rejeitar qualquer acordo amplo que, utilizando-se do pretexto da crise, busque retirar direitos para ampliar os lucros. É isso que tem acontecido com os empresários que, aproveitando-se desse momento oportunisticamente, efetuam ajustes em suas empresas ou apressam-se em discutir propostas que implicam em redução de salários, ou de suspensão do contrato de trabalho como a primeira e única medida para enfrentar a crise.

14. Assim, vem denunciando e combatendo empresas que se aproveitam do momento para fazer ajustes de custos (com demissões, redução de salários, diminuição de direitos), a exemplo dos grandes atos públicos em todo o país para afirmar que os trabalhadores não vão pagar pela crise. A Embraer, assim como a Vale do Rio Doce, que foi entregue a preço irrisório durante o processo de privatização promovido pelo PSDB/DEM no período FHC, aproveitando-se da crise internacional, demitiu 20% de seu quadro de funcionários - mais de 4 mil

trabalhadores – sem qualquer negociação ou informação aos sindicatos ou ao governo, mesmo tendo, como no caso da Vale, empréstimos junto ao BNDES. São casos emblemáticos. A Vale e a Embraer são os exemplos mais claros de como os empresários tem conseguido lucrar com a crise. São exemplos igualmente claros de como é preciso reverter o processo de privatização para avançarmos rumo a um novo modelo de desenvolvimento. Portanto, cabe ao sindicato, junto com os demais movimentos sociais, reforçar a luta pela reestatização desses setores estratégicos.

## **O SINERGIA E A CRISE**

15. O impacto da crise sobre a vida das pessoas pode não ser percebido de imediato em toda sua extensão. Mas pode ser potencializado para elevar o grau de consciência da classe trabalhadora sobre a importância do Estado de maneira geral, e das políticas públicas em particular. Temos espaço para influenciar sobre um determinado eixo de enfrentamento da crise que não se limite à retomada do crescimento econômico. É necessário que sejam construídas iniciativas que resultem em criação de um modelo de desenvolvimento alternativo ao hegemônico. Cobrar uma agenda de superação da crise, mas também do atual modelo, é o desafio central da CUT na disputa atual, que influenciará a disputa de 2010.

16. Mesmo porque a crise já vem sendo tratada, principalmente pela mídia, dentro do debate político nacional que antecipa a disputa de 2010. Portanto, a influência que os sindicatos devem exercer nessa disputa de projetos é no sentido da formulação de políticas públicas dentro de um modelo de desenvolvimento defendido por nós. A política de valorização do salário mínimo e a abrangência tomada pela proposta de contrapartidas de manutenção de emprego são exemplos de alguns dos casos mais emblemáticos.

17. A construção de agendas comuns para garantir respostas contundentes do povo brasileiro em defesa da redução dos juros e da jornada de trabalho sem redução de salário, de investimentos na reforma agrária, na geração de empregos, valorização dos salários e garantia de direitos torna-se imperioso. Assim, as centrais sindicais e movimentos sociais passaram a dialogar sobre a necessidade de responder à crise com unidade e mobilização. As linhas gerais de atuação já vinham sendo debatidas desde o Encontro Sindical dos Trabalhadores das Américas, realizado em Salvador em 2008, mas a convocação ganhou peso após o Fórum Social Mundial de Belém em 2009, com o chamamento da Confederação Sindical Internacional (CSI), Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), Federação Sindical Mundial (FSM) e a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

18. Não há dúvida de que a relação do movimento sindical com o Governo LULA avançou bastante em relação ao Governo FHC. Os exemplos são muitos e basta citar alguns: no governo anterior a linha política adotada era a da criminalização

dos movimentos sociais, o desrespeito ao movimento sindical, a não criação de espaços de negociação, o ataque aos direitos dos trabalhadores e a organização sindical. Por outro lado, no Governo LULA, temos inúmeros exemplos do respeito aos movimentos sociais, a criação de espaços de negociação como no acordo do Salário Mínimo, no reconhecimento das Centrais Sindicais, etc.

19. Mas essa boa relação não significa que todas as nossas reivindicações são aceitas, por isso a importância do fortalecimento das nossas organizações sindicais, da mobilização e da pressão sobre o Governo para o atendimento das nossas reivindicações. Afinal, temos que aplicar na prática os princípios da liberdade e autonomia sindical.

20. Os exemplos mais significativos da necessidade de avançar nessa relação é que várias bandeiras das centrais apesar de terem sido encaminhadas pelo Governo, não foram acompanhadas de uma ação política mais concreta principalmente quando envolvia a chamada base aliada do Governo no Congresso Nacional. Foi assim quando o Governo atendendo nossa reivindicação de encaminhar a Convenção 158 da OIT ou na discussão da Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salário, mas se limitou a enviar para o Congresso e não construir as condições para sua aprovação. Outro exemplo recorrente das dificuldades na relação com o Governo diz respeito a forma como são encaminhadas as negociações com os empresários, sem participação dos trabalhadores. Tem sido assim, durante a crise onde apesar das nossas solicitações de se criar espaços tripartites de diálogo, o Governo montou um gabinete da crise só com os empresários e ainda quando vai anunciar alguma proposta de interesse dos trabalhadores raramente nos comunica para construir juntos a divulgação dessas negociações.

21. Por isso, reafirmamos que a melhor resposta para a complexidade do momento é a defesa do desenvolvimento com emprego, geração de renda e a defesa dos direitos da classe trabalhadora, com a participação da sociedade no controle das diversas esferas econômicas e sociais. A inclusão social, a participação popular e a valorização do trabalho são pilares para que o Brasil se consolide como um país justo e igualitário.

## **BALANÇO DA GESTÃO**

22. Conduzir a luta dos trabalhadores é sempre uma tarefa muito difícil. Há diversos fatores de natureza política, administrativa, financeira e organizacional, que contribuem para o sucesso ou o revés da própria luta. Desta forma, a atual gestão do sindicato tem se empenhado no sentido de ampliar as conquistas e minimizar os fatores adversos.

23. Podemos destacar que, do ponto de vista político, a atual gestão foi marcada pelo avanço no terreno da democracia, ampliando e valorizando a relação de sinceridade com a categoria, inclusive nos momentos mais críticos. Ao mesmo tempo, a atual direção promove e mantém internamente o respeito às forças políticas que atuam na direção da entidade.

24. Nesta gestão, valorizamos a ocupação dos espaços destinados aos trabalhadores, seja no ambiente da própria entidade, através dos seus fóruns, seja nos espaços conquistados nas estruturas das empresas e das fundações. Salientamos que as investidas camufladas do capital, estimulando candidatos alinhados aos interesses das empresas para as diversas disputas, foram neutralizadas a partir de ações de convencimento, que resultaram na vitória dos representantes legítimos dos trabalhadores.

25. A atuação desta direção contribuiu para uma gestão marcada por um sindicalismo combativo, corajoso, democrático e pela base, rompendo inclusive paradigmas na medida em que, acertadamente, acreditou na força da luta dos trabalhadores, vide a vitoriosa e histórica greve dos doze dias da Coelba, sendo esta a primeira após a privatização.

26. Ainda sobre o perfil combativo da atual gestão, podemos destacar as diversas ações, entre elas: mobilizações conjuntas com a sociedade, incluindo participação em audiências públicas e, em especial, no debate sobre a redução da tarifa de energia. Estas iniciativas consolidaram o Sinergia como um sindicato cidadão, alinhado às lutas gerais da sociedade, e preocupado com as demandas correlacionadas da categoria.

27. No campo político é preciso salientar o fortalecimento da posição de vanguarda do sindicato tanto no plano estadual, como no nacional. Nossas lideranças ocupam atualmente posição de destaque na CUT nacional e estadual,

FNU, além da recém criada FRUNE. Como consequência desta representação, as ações prioritárias dos eletricitários são defendidas em espaços ampliados.

28. Outra demanda de natureza política que vem sendo fortalecida pela atual gestão é a unificação da lutas dos trabalhadores. As Intersindicais Neoenergia e Nordeste constituem ferramentas de luta diferenciadas. A partir de ações articuladas, o enfrentamento com as empresas é mais sólido. Nas últimas campanhas salariais, embora em alguns momentos setores oportunistas questionassem a eficiência nas ações conjuntas, o resultado foi mais favorável aos trabalhadores por conta da união destes. Neste processo, é preciso destacar a lucidez política da atual diretoria, que tem papel de liderança dentro dos fóruns.

29. A formação política teve ações específicas desta direção. Destacamos os cursos de formação realizados em Paulo Afonso e Salvador. Nestes eventos, a participação dos representantes de base foi priorizada. O objetivo é, sobretudo, forçar o aparecimento de novas lideranças alinhadas aos interesses dos trabalhadores, já que a luta de classes exige reciclagem continua dos conteúdos ideológicos.

30. Nos últimos dois anos, o sindicato iniciou a modernização da sua sede com aquisição de novos mobiliários e reforma estrutural. Foram investidos também recursos para renovar a frota veicular e ajustar demandas administrativas pendentes. A imprensa do sindicato iniciou um projeto de modernização, que resultará na ampliação dos canais de comunicação com os trabalhadores. Entre as iniciativas está a implantação da TV Web do Sinergia.

## **LUTA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO E PELO CONTROLE SOCIAL**

31. De forma diferenciada, é preciso destacar as ações desta gestão contra a terceirização e a favor do controle social nas empresas privadas do setor elétrico. No que se refere à terceirização, entregamos ao Ministério Público do Trabalho um dossiê revelando o lado perverso da terceirização na Coelba. Outro dossiê foi entregue ao Ministério do Trabalho revelando mais mazelas provocadas pela terceirização. Durante as audiências públicas realizadas pela ANEEL para discutir a redução tarifária, o sindicato também denunciou a situação. O próprio setor de imprensa da entidade tem realizado um trabalho sistemático junto a mídia para denunciar os descasos. A preocupação com esta questão é tão relevante que atual campanha salarial da Coelba traz como mote novamente a crítica a terceirização.

32. A terceirização mostra apenas um dos lados perverso da privatização. Por isso, o Sinergia iniciou o debate sobre o controle social, que entendemos como embrionário para uma discussão mais profunda sobre a reestatização da Coelba. Para o debate sobre o controle social partimos do pressuposto que as empresas não podem ser apenas uma unidade de tecnologia geradora de lucro para

investimentos no mercado financeiro pelos seus acionistas. No caso da Coelba, o grupo Neoenergia investe numa reestruturação produtiva, que tornará a companhia uma mera unidade tecnológica capaz de alimentar o lucro dos acionistas à custa da diminuição dos postos de trabalho e conseqüente aumento dos serviços terceirizados.

33. Se por um lado os trabalhadores são vítimas diretas deste processo, por outro, os cidadãos sofrem com a precarização dos serviços, aumento das tarifas e falta de fiscalização dos órgãos reguladores. Na verdade, o controle social abre a oportunidade para a sociedade acompanhar mais de perto as ações da empresa, objetivando a qualidade dos serviços e a garantia do emprego. Além disso, entendemos que, a partir do controle social, contrapartidas para a sociedade e para os trabalhadores oriundos do lucro das empresas serão acompanhados e fiscalizados pela própria sociedade devidamente organizada.

34. Nesse contexto, sem dúvida, está inserida a relação consumidor/cidadão junto às concessionárias de energia, pelos seguintes motivos: embora o setor elétrico tenha sido privatizado, trata-se de serviço público, é uma concessão dada pelo Estado (poder concedente) por tempo determinado prestado por empresa privada; as distribuidoras de energia prestam serviço em um ambiente de monopólio, cujos preços são regulados pela ANEEL; os bens públicos privatizados já foram pagos pelo contribuinte e reverter-se-ão ao Estado após findo o período da concessão.

35. Por Controle Social, portanto, podemos entender a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão das empresas, na execução dos serviços e políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados como o objetivo de promover descentralização do poder de decisão e de recursos públicos destinados para financiamento, que resultem na prestação dos serviços a própria população.

36. A ousadia é marca da atual gestão, que com o objetivo de estimular o debate sobre esta temática, mostrou durante o 2 de julho a defesa do patrimônio do povo da Bahia, a Coelba. Em outros espaços de debate como o congresso da CUT, o Sinergia também defendeu esta bandeira.

37. Sabemos, entretanto, que a defesa da reestatização perpassa pelo amplo debate com a sociedade. Neste sentido, provocamos os delegados deste congresso para esta discussão, tendo como ponto de partida o entendimento sobre o controle social.



## **PLANO DE LUTAS**

### **1.0 AVANÇAR COM O PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR**

38. Como vimos na análise de conjuntura, o panorama atual está marcado ainda pela crise que assolou a globalização neoliberal. Para o próximo período é imperioso que a classe trabalhadora, por meio de pressão social, possa questionar os pilares da dominação do capital e organizar um programa de transição pós-neoliberal.

39. Os delegados do VIII Congresso dos Eletricitários da Bahia devem refletir sobre a proximidade do acirramento das disputas de projetos antagônicos no Brasil. Consideramos fundamental a participação dos trabalhadores para derrotar a direita não apenas eleitoralmente, mas também na interrupção dos aspectos centrais do seu projeto para país. A tentativa deste grupo é aniquilar o projeto democrático popular que permitiu, sobretudo nos últimos anos, avanços significativos para a classe de trabalhadores. Perder esta disputa significa um retrocesso histórico. Para evitar esta possibilidade, o movimento sindical é um instrumento imprescindível para avançarmos no nosso projeto.

40. A disputa eleitoral 2010 será um marco para o país. Uma das mais radicais e intensas que o país já viveu desde a sua redemocratização. Ressaltamos - mais uma vez - que o que estará em jogo são dois projetos distintos e opostos para o Brasil. De um lado, os neoliberais representados pela aliança PSDB/DEM, já derrotados nacionalmente, com discursos sobre “choques de gestão”, “enxugamento da máquina”, “privatização”, etc. De outro, o nosso projeto, voltado a distribuição de renda, maior crescimento, maior e melhor capacidade do Estado no planejamento do desenvolvimento em bases sustentáveis, programas sociais que assegurem direitos e produção de ciência e conhecimento, políticas antidiscriminação, ação soberana e ativa voltada à integração da América do Sul e a transformação das relações políticas em nível mundial.

41. Devemos, assim, aprovar e colocar no nosso plano de luta a defesa do projeto democrático e popular, mantendo e ampliando as ações que resultam no Estado como indutor do desenvolvimento, este realizado com justiça social e respeito às conquistas trabalhistas. Devemos ainda realizar a defesa das empresas estatais, estimulando as ações do atual governo que resultaram, entre outras, no fortalecimento da Eletrobrás, hoje considerada a Petrobrás do setor elétrico.

## **2.0 LUTAR PARA REESTATIZAR A COELBA A PARTIR DO CONTROLE SOCIAL**

42. O Sinergia deve iniciar um amplo e vigoroso movimento para debater o controle social sobre a Coelba. Estas ações devem resultar em medidas que fortalecerão no seio da sociedade a bandeira pela reestatização da companhia. É preciso assegurar que os extraordinários recursos financeiros gerados pelas Coelba sejam usados para a solução dos graves problemas sociais do povo baiano e não para ampliar o lucro dos acionistas no mercado financeiro.

## **3.0 FORTALECER A NOVA ELETROBRÁS COM A VALORIZAÇÃO DOS SEUS TRABALHADORES**

43. Devemos continuar estimulando o fortalecimento do Sistema Eletrobrás, por acreditar que o investimento no setor estatal de energia é fundamental para o crescimento econômico e social do país. Hoje, outra conjuntura se apresenta com a consolidação gradual da Nova Eletrobrás, que permite uma maior estabilidade nas regras do setor, além de proporcionar uma visão de longo prazo no que tange os investimentos, como, por exemplo, o PAC. É preciso lembrar que este conjunto de medidas permitiu que o setor Elétrico se blindasse contra a crise econômica mundial. Assim, o Sinergia deve continuar lutando para o fortalecimento do Sistema Eletrobrás, e que este se reflita em ganhos para a categoria.

## **4.0 FORTALECER A DEMOCRACIA NAS FUNDAÇÕES**

44. O Sinergia deve manter a luta pela democratização da Fundações, defendendo a escolha dos representantes pelo voto direto nas diretorias executivas, conselho deliberativos e conselhos fiscais. O objetivo deve ser sempre ampliar o controle dos trabalhadores nas Fundações, investindo na formação dos dirigentes eleitos, para que eles representem com a máxima eficácia o interesse dos participantes.

## **5.0 COMBATER A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

45. A terceirização revela o lado mais perverso da relação trabalhista. No setor elétrico, esta situação é preocupante, sobretudo pelos números crescente de morte de trabalhadores. A terceirização também reduz benefícios e conquistas. Em face desta situação, o Sinergia deve denunciar a terceirização predatória, desenvolvendo ações conjuntas para ampliar a cobertura da fiscalização trabalhista, estimulando o controle social através de uma maior participação dos trabalhadores nos locais de trabalho e, desenvolver e aprimorar condutas, procedimentos e instrumentos de inspeção na área de segurança e saúde no trabalho.

46. É sabido que a terceirização é um dos principais fatores que resultam na precarização dos serviços. Nos últimos anos, somos testemunhas dos diversos descasos que prejudicam a população. Vários casos foram denunciados, contudo, devemos ampliar o debate com a sociedade no sentido de cobrar ações de melhorias na prestação dos serviços.

## **6.0 FORTALECER AS AÇÕES DE UNIFICAÇÃO NA LUTA DOS TRABALHADORES**

47. A união dos trabalhadores vai além de uma campanha salarial unificada. Compreendemos que a força da classe operária está na união das ações de luta. Assim, a direção do Sinergia entende que é preciso cada vez mais fortalecer as Intersindicais Nordeste e Neoenergia. Além do nosso alicerce ideológico que nos faz cada vez mais unir os trabalhadores, percebemos claramente que esta estratégia incomoda os patrões. No caso das empresas do grupo Neoenergia, por exemplo, a campanha unificada sempre foi uma pedra no sapato. Há constantemente investidas da representação patronal para desunir os trabalhadores. Lamentavelmente, algumas dessas investidas são reproduzidas por companheiros menos atentos para a dinâmica da luta de classes. Em várias oportunidades, a atual direção do Sinergia teve um papel decisivo na disputa ideológica sobre esta questão. Mesmo se desgastando com a categoria, que tinha sido influenciada por uma idéia de que seria melhor “separar os trabalhadores”, a direção manteve o discurso da unidade.

48. É preciso manter a linha de fortalecimento das Intersindicais, ampliar os debates para além das questões financeiras e, mais que isso, criar uma cultura de classe nos trabalhadores. Nos valem de Gramsci para afirmar que o homem não pode perder de vista a articulação com as lutas mais amplas sob pena de reduzir a dimensão individualista corporativista. Por isso, reafirmamos aqui o nosso propósito de defender sempre a união dos trabalhadores.

## **7.0 CONSOLIDAR O PAPEL DA FRUNE**

49. Fortalecer a atuação dos Urbanitários do nordeste junto a FNU. Este deve ser o desafio da Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE). Entendemos que esta entidade não pode servir apenas para uma representação cartorial, mas como uma ferramenta de luta, que amplia a ação dos sindicatos no nordeste e ecoa os interesses destes no âmbito nacional.

## **8.0 INCENTIVAR A FORMAÇÃO POLÍTICA FAVORECENDO O SURGIMENTO DE NOVAS LIDERANÇAS**

50. A formação política dos quadros sindicais e das novas lideranças é fundamental para melhorar a luta sindical. A formação é o combustível ideológico para a categoria valorizar e compreender as disputas. Não existe êxito numa ação de luta contra o capital, se os líderes sindicais não estiverem preparados para as constantes armadilhas que surgem dentro deste processo.

## **9.0 AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CATEGORIA NOS ESPAÇOS DE DISPUTAS IDEOLÓGICAS**

51. Uma luta entre duas grandes classes sociais torna-se necessariamente uma luta política. Assim foi a luta entre a classe média ou capitalista e a aristocracia fundiária; assim acontece na luta entre a classe operária e estes mesmos capitalistas. No decorrer da luta de uma classe contra outra o objetivo é sempre o poder político; a classe dominante defende sua supremacia política, ou seja, sua maioria na Assembléia Legislativa; câmara de vereadores, senado, etc; A classe oprimida, por sua vez, luta inicialmente por uma parte e depois pela totalidade desse poder, a fim de estar em condições de alterar as leis existentes de forma que ela satisfaça a seus próprios interesses e necessidades, assim nos ensina Friedrich Engels.

52. É preciso avançar na representação dos trabalhadores nos espaços de decisão da democracia burguesa. Escolher parlamentares com vínculos sólidos com a categoria é fundamental para fortalecermos as batalhas contra o capital.

53. Da mesma forma é preciso estimular a presença de representantes alinhados aos interesses dos trabalhadores no local de trabalho. As CIPAS, os conselhos deliberativos, representação de base, etc, são também ambientes de disputa de concepção, devendo, portanto, ter de nós atenção para garantir representantes legítimos dos trabalhadores.

## **10. NUTRIR AÇÕES DE ESTÍMULO A CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

54. Mesmo em pleno século XXI, há ainda muito debate sobre os pressupostos da chamada consciência de classe. Sem delongas filosóficas ou ideológicas sobre esta questão, de forma pragmática, acreditamos que é necessário nutrir ações que elevem a consciência da categoria sobre sua posição nas constantes lutas que travamos com os representantes do capital. Há, por vezes, atritos com trabalhadores, que de forma deturpada dificultam a luta. Este debate precisa ser feito tanto do ponto de vista ideológico, alicerçado pela formação política, quanto do ponto de vista pragmático das ações, ou seja, do convencimento.

55. É preciso, entretanto, não estereotipar trabalhadores que, seduzidos pelos encantos perversos do mundo corporativo, distanciam sua consciência da luta.

Isso significa que é preciso ganhar essa disputa no campo das idéias, convencer a partir do lugar que ele ocupa na cadeia produtiva.

## **11. AMPLIAR A INTERLOCUÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS**

56. O sindicato não pode ser apenas uma entidade de representação de uma categoria. Ele deve ter um papel cidadão, dialogar com os movimentos sociais e a sociedade, absorvendo inclusive demandas além da rotina da categoria. O canal com a sociedade deve ser uma via de sentido duplo, ou seja, os interesses são recíprocos.

57. Desta forma defendemos o fortalecimento da relação com a sociedade e os movimentos sociais para ampliar as lutas de interesse coletivo da classe trabalhadora.